

DAS SENZALAS PARA AS SALAS DE AULA: ANÁLISE DAS AÇÕES DOCENTES

Larissa Brito da Silva ¹

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a investigar as práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, abordando as práticas discriminatórias no contexto da sala de aula, como também, descrevendo as ações docentes ao explorar o fenômeno. O racismo na escola é um fenômeno debatido desde outrora contudo, o estudo das causas, dinâmicas e consequências encontra-se entre entraves metodológicos e teóricos. Proporcionado assim, uma análise que contribua à docência no concernente a efetivação da proposta de combate ao racismo. Para a realização do trabalho, realizou-se uma investigação bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo, utilizando entrevista semiestruturada, com dados analisados através da análise de conteúdo de Bardin. A análise dos dados permitiu a organização em três categorias: Dificuldades e potencialidades; Atuação docente; Percepção do fenômeno em sala de aula. Assim, o estudo em questão, possibilita novos olhares para a questão da criança negra em sala de aula, como um estudo apurado sobre a discriminação racial como um fenômeno recorrente no contexto escolar, negligenciado ou ignorado, mostrando que a atuação profissionais ainda está pouco direcionada a uma contribuição concreta na vida das crianças negras.

Palavras-chave: Diversidade, Racismo, Atuação docente.

INTRODUÇÃO

O racismo na escola é um fenômeno debatido desde outrora, porém o estudo das causas, dinâmicas e consequências encontra entraves metodológicos e teóricos. O racismo pode ser compreendido enquanto prática e enquanto ideologia. O primeiro consiste no trato dos indivíduos como objeto/coisa e o segundo trata-se da representação social imposta ao grupo (ALVES, 2012). No Brasil, a discriminação racial é crime de acordo com a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, dispondo-se sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, no qual ao praticar o ato, o indivíduo deverá receber punição de acordo com a conduta, a lei consigna penas que variam de um a cinco anos de reclusão, bem como o pagamento de multa conjunta (BRASIL, 1989).

Para se falar do desenvolvimento e aplicação de práticas antidiscriminatória, precisa-se discutir acerca de conceitos essenciais, como raça, cor e etnia. Segundo Miranda (2010) raça é uma categoria biológica designada por aspectos biofisiológicos, compartilhados por indivíduos da mesma espécie, enquanto cor é uma característica considerada enquanto parâmetro para

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, autorprincipal@email.com;

diferenciar a raça. Etnia, dessa forma, consiste no grupo de indivíduos que compartilham mesmas características sejam biológicas, linguísticas, cultural (MIRANDA, 2010).

No presente trabalho, escolheu-se analisar as práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, identificando se há práticas discriminatórias no contexto da sala de aula, descrevendo as ações docentes ao explorar o fenômeno. Com esse objetivo se pretende investigar como a discriminação racial em sala de aula pode afetar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno como ser social. Por conseguinte, buscou-se fazer um resgate bibliográfico a respeito da legislação vigente que atende essa demanda social, explorando os aspectos históricos e socioculturais do racismo, bem como o desenvolvimento dos trabalhos nessa área dentro da instituição escolar, discutindo assim, as práticas docentes e como essas se configuram.

Compreender as concepções sobre o racismo é fundamental, à medida que tais conceitos orientam o desenvolvimento de ações voltadas a esse fenômeno, principalmente no concernente ao combate da conduta em sala de aula. O ponto de partida para reflexão sobre a temática parte diante a perspectiva de o fenômeno constituir um dos principais males da sociedade moderna, configurando um aspecto que permanece em operacionalização efetiva no cotidiano, porém sua dinâmica não é claramente identidade pela sociedade (CAMPOS, 2017).

Ao longo da história o racismo no Brasil passou por diversas concepções. No que tange a concepção social, a ideia de racismo foi associada ao negro, reflexão errônea, uma vez que racismo caracteriza-se mediante um pré-julgamento onde se considera uma raça superior às demais. Essa associação parte da história de sofrimento dos negros, dado que no Brasil a história de racismo, relacionado à cor negra, surge com os portugueses evidenciando a ‘não-branquitude’ dos seus habitantes, e diante da dinâmica existente, escravizando-os, porém com as consequências advindas, os portugueses para continuar explorando a nação utilizaram do tráfico e a escravização de africanos (BOTOSSO, 2012). O modo de trabalho nesse período se configurava de forma que os negros eram considerados objetos, sem possuir qualquer direito, além de enfrentar violência e humilhações diariamente.

Os achados na literatura diante do tema corroboram com essa ambivalência, onde o negro ainda continua como alvo de controle, “o negro recebe ‘a marca’ do estigma, tendo a cor de pele utilizada como o principal elemento de estigmatização” (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 106). Nesse caso, podemos desenvolver uma interpretação sobre a problemática da prática de racismo e sua ideologia, evidenciando assim a dificuldade de enunciar seus dispositivos, permeando a consciência coletiva baseada nessa visão naturalizante a respeito do negro.

Partindo dessa premissa, trabalharemos a perspectiva do racismo às atitudes preconceituosas direcionadas com esse grupo.

Análises sociais mostram que, no Brasil, os principais movimentos de luta dos negros, em busca de direitos, tiveram início logo após a abolição, com sua primeira fase constituída na república nova. Com intuito de reagir ao estado de marginalização configurado na nação, os libertos, ex-escravos e seus descendentes, criaram os primeiros grupos de mobilizações organizadas, de caráter eminentemente assistencialista, recreativo e cultural (DOMINGUES, 2008).

O movimento negro acreditava que o caminho para a libertação das pessoas negras é através da educação, lutando perante a sociedade para erradicar o preconceito que sofre nos ambientes do mercado de trabalho, profissional, social, cultural e político. Segundo Gonçalves (2000) apud Augusto e Toniosso (2015), a educação sempre ocupou lugar de destaque nas reivindicações dos movimentos negros, e, embora concebida com significados diferentes, é vista como estratégia capaz de equipar os negros aos brancos, proporcionando oportunidades iguais no mercado de trabalho. Também era vista como veículo de ascensão social, integração e instrumento de conscientização, onde os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, a cultura e os valores, e, a partir disso, reivindicar seus direitos políticos, sociais, a diferença e o respeito humano.

A constituição de 1988 configurou-se enquanto marco para os direitos e garantias, onde instituiu efetivas garantias, evidenciando conforme nos apresenta o artigo 3, que um dos principais objetivos fundamentais da república é promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Configurando assim, em complemento desse artigo, há no Brasil o Estatuto da Igualdade Social, reconhecendo a população negra enquanto sujeito de direitos, assegurando-lhes igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnicas (BRASIL, 2010).

O negro sempre resistiu e vem lutando até hoje pela equidade, conquistando um grande apoio com a Lei 10.639/2003, que garante que seja trabalhado a história e cultura africana e afro-brasileira, apresentando sua história, contribuições, cultura e importância na construção do nosso país, como também, ensinar sobre o momento de luta no período escravocrata contra a violência e o racismo sofrido até os dias atuais. A escola como formadora de cidadãos deve estar sempre repensando suas práticas e ideologias ensinadas ampliando seu currículo escolar

na busca de acabar o preconceito errôneo que foi criado contra os negros por causa da cor da sua pele.

Segundo Araújo (2015), é importante que o professor trabalhe a questão da diversidade racial em suas aulas, que trate da importância do negro e suas contribuições para o Brasil, desde o tempo passado até os dias atuais. Assim, a escola não pode se omitir de discutir esse assunto de grande relevância porque no momento que ela se omite acaba gerando mais desrespeito e propagando ainda mais o preconceito para com a pessoa negra.

A presença do racismo na sala de aula ainda se apresenta de forma massiva, através de xingamentos, apelidos, ditos populares que inferioriza o negro do branco e que desta forma, constata-se a falta de preparação de professores em lidar com esse assunto. Os casos de preconceito acaba por constranger de tal forma que crianças começam a ir mal no seu desenvolvimento em sala de aula como também ocasionando casos de evasão escolar, uma vez que muitos dos pais de alunos negros não têm conhecimento das leis e dos direitos que seu filho possui, logo não sabem orientá-los quando sofrem algum ato preconceituoso para que reivindique seus direitos diante da lei.

Percebe-se que a discriminação é atuante de forma massiva quando não há um entendimento do assunto na comunidade escolar. Cabe pontuar que, ainda existe muita desvalorização do negro como ser social na sociedade, tendo em vista as práticas discriminatórias cometidas por indivíduos brancos perante o negro, ou até mesmo, o próprio negro se julgando inferior aos outros por causa da cor da pele, dos cabelos crespos ou encaracolados, entre outros.

Mesmo com a lei aprovada para o ensino obrigatório da Lei 10.639/2003, sabe-se que a lei não é posta em prática no ensino, trabalhando a temática apenas em datas como 13 de maio que foi o dia da abolição da escravatura como também no dia 20 de novembro dia da consciência negra.

METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa do tipo exploratória descritiva. Segundo Gerhardt e Silveira (2008), a pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com dados estatísticos, mas sim com a compreensão de um grupo social, defendendo um modelo para explicar o porquê das coisas, porém, não quantifica valores. Esse tipo de pesquisa motiva o entrevistado a refletir e falar livremente sobre termos, tendo como finalidade emergir aspectos subjetivos.

A seguinte pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal localizado na cidade de Cajazeiras - Pb, a população do referido local de pesquisa é composta por professores atuantes do ensino infantil ao fundamental dois, com aproximadamente 10 profissionais e a amostra foi feita com cerca de 3 professores, que estavam disponíveis para participar da pesquisa obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão.

Na referida pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores do ensino fundamental, na qual objetiva obter informações sobre a prática antidiscriminativa na sala de aula. Esse tipo de entrevista é feito com perguntas abertas, no qual o pesquisador precisa ficar atento para esclarecimento de questões para que possa ser evitar que as respostas não fiquem bem esclarecidas (MINAYO, 2008).

Antes de realizar a entrevista, vale salientar que foi analisado o melhor horário para ser realizada a mesma, bem como esclarecer sobre o objetivo da pesquisa, deixando claro que foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pedindo permissão para gravar a entrevista para um melhor entendimento da pesquisa e que depois possam ser transcritas.

Para análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin, que diz respeito a um conjunto de técnicas que visa obter, por meio de procedimentos, a descrição de um objeto ou um conteúdo, permitindo tornar replicáveis os dados de um determinado meio a partir de falas. Esse tipo de análise permite conhecimento que tem relação com a produção, para um melhor entendimento sobre as estruturas que estão fragmentadas por trás das mensagens que serão descritas (MINAYO, 2008).

A Análise de conteúdo proposta por Bardin (2010) é composta por algumas etapas, tais como: transcrição geral das entrevistas, leitura flutuante, recortes das unidades temáticas, tabulação dos dados, codificação e categorização e, finalmente, a inferência e interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das falas dos participantes, se desencadearam as seguintes temáticas: Dificuldades e potencialidades, atuação docente e percepção do fenômeno em sala de aula. Surgiram também as seguintes categorias: Falta de capacitação, falta de material didático adequado, sensibilização das crianças, ações educativo-informativa, inferiorização do negro, inexistência de práticas discriminatória, retraimento da criança negra em sala. Tais categorias

foram analisadas nas falas dos profissionais, separando-se por unidades de conteúdo, recortes nos quais os mesmos se referem a cada uma delas, como pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 1 – Temas e categorias de pesquisa

TEMAS	CATEGORIAS
Dificuldades e potencialidades	Falta de capacitação
	Falta de material didático adequado
Atuação docente	Sensibilização das crianças
	Ações educativo-informativa
Percepção do fenômeno em sala de aula	Inferiorização do negro
	Retraimento da criança negra em sala

FONTE: O autor (2018)

No que se refere à temática “Dificuldades e potencialidades” que remetem os desafios encontrados pelos professores para atuação frente a diversidade étnico-racial, pode-se destacar dentro dessa temática algumas categorias, tais como a falta de capacitação que é inferenciado enquanto uma das dificuldades encontradas pelos profissionais, pois na maioria das capacitações não há direcionamento referente a essa temática. Neste sentido, pode-se perceber no discurso de uma das professoras que, “*as formações que nós vamos nunca fala sobre isso, sobre a diversidade étnico*” (**PROFESSORA B, 2018**).

Essa não é somente uma realidade encontrada na formação que a Professora B participa, os dados corroboram com as ideias de Pinto (1999) ao constatar à ausência dos estudos sobre relações étnico-raciais nas formações dos professores enunciando que “[...] os assuntos que dizem respeito a diversidade étnico-racial em geral e do alunado, em particular, são praticamente ignorados (p. 207).

Ainda é bastante recorrente em alguns cursos de licenciatura e, até mesmo em Pedagogia, a ausência de disciplinas voltadas para a diversidade étnico-racial, e quando se tem, não tem-se uma formação continuada ao termino do curso. Evidenciando assim que os professores e futuros professores não tem acesso direto, em alguns cursos de formações, as discussões referentes à temática étnico-racial (SANTOS, 2013).

Referindo-se à falta de material didático adequado para se trabalhar a temática em sala de aula, identificou-se através de todos os participantes que a escola não oferece material didático para trabalhar essa temática. Seguindo esse contexto, a falta de material didático que aborde o tema adequadamente e insatisfatório, é uma realidade existente no contexto das escolas

brasileiras, fazendo com que os docentes realizem apenas debates superficiais, não priorizando a temática em sala de aula (AGOSTINHO, *et al*, 2014).

É nesse sentido que a cartilha de orientação e ações para educação das relações Étnico-racial, afirma que um dos desafios encontrados ao combate as atitudes discriminatória é esse silêncio das escolas sobre as dinâmicas das relações raciais permitindo a continuação do ciclo de racismo (BRASIL, 2006). Desta forma, é imprescindível que os professores despertem conscientemente em busca da educação étnico-racial como parte integrante e importante ao currículo comum.

Foi analisado também a temática “Atuação docente” que remete as competências dos professores dentro da instituição, ou seja, as intervenções desses profissionais frente a conduta de discriminação.

Dentro da temática “Atuação docente”, foram englobadas as categorias sensibilização das crianças e ações informativas. Pode-se destacar ainda nessa categoria, as questões que se refere aos parâmetros resguardados por lei para ações e intervenções pautadas na legislação.

Quando se trata da sensibilização e conscientização das crianças, as práticas denotam provocar tomada de consciência, os recortes a seguir refere-se a este eixo da seguinte maneira:

“Atuo por meio do diálogo no processo de conscientização” (**PROFESSORA C, 2018**).

“Buscamos da melhor maneira mostra-los e exemplificar para que não aconteça mais esses casos” (**PROFESSORA A, 2018**).

Nesta perspectiva, Santos (2015) encara a ação enquanto insuficiência, mesmo baseado na perspectiva de desnaturalizar a conduta no cotidiano, ela deveria ser repensada de forma a buscar práticas educativas mais efetivas. Essa resolução consiste em algo muito generalista que contribuiria de maneira ínfima, sem resolver nem amenizar ao problema (ORLANDO; FERREIRA, 2014).

A segunda categoria observada dentro da Atuação docente foi a “Ações educativa-informativa” que se caracteriza pelas orientações grupais e palestras, enquanto espécie de gestão de risco, ou seja, uma atuação pautada e desenvolvida de forma aleatória, sem compromisso maior com a causa como é evidenciado na fala das professoras.

“Trabalho por meio de roda de conversa, de forma informal, porque elaborar um projeto para trabalhar em sala, no entanto às vezes tem palestras na escola” (**PROFESSORA B, 2018**).

“É organizado palestras para trabalhar a temática com toda escola” (**PROFESSORA A, 2018**).

Baseada nessa perspectiva, Macedo (2016) aponta que um dos principais desafios da atuação docente refere-se a desmistificação da “cultura da classe dominante” impregnados pelo mito da democracia racial no interior da escola, “[...] um exemplo que pode ser citado é que as

escolas falam dos povos negros somente na data da consciência negra, dia 20 de novembro, enquanto na maioria do ano essa problemática não é lembrada” (p. 93-94).

Desta forma, para que esse ciclo se rompa é necessário que o professor desenvolva mudanças nas discussões e intervenções escolares, com comprometimento das práticas pedagógicas desenvolvidas acerca da diversidade cultural, trabalhando a pluralidade, favorecendo a relação étnico-racial, configurando assim, suas ações o caminho para combate ao racismo vigente (TIONO; VAZ, 2017).

Desta maneira, é expressa a importância de se efetivar no ambiente escola um processo de reconhecimento das diversidades, a partir do acolhimento as heranças culturais contextualizando-as no cotidiano, em conformidade com as normativas penas vigentes que garantem a luta para eliminação de todas as formas de discriminação racial.

Sobre o tema “Percepção do fenômeno em sala de aula” foram incluídas as categorias de “Inferiorização do negro” e “Retraimento da criança negra em sala”, para se entender um pouco mais como ocorre essa retração do aluno negro em sala por meio da inferiorização.

Na categoria Inferiorização do negro, percebeu-se na fala de uma das professoras que já ocorreu à discriminação e inferiorização do negro no ambiente escolar. A mesma relatou que “aqui mesmo na sala já houve casos de criança negra que disse que sonhava ser médico e outro menino falou que ele nunca seria medico porque era negro” (**PROFESSORA C, 2018**).

Assim sendo, verificou-se o que os estudos ressaltam onde há esse fenômeno nas escolas, onde os negros são vistos enquanto menores em relação aos brancos, mostrando assim que a violência racial continua “[...] deste modo cai-se na ideologia do branqueamento [...], para acabar com elemento negro, numa política racista que nada tem a ver com democracia racial” (MIZAEL; GONÇALVES, 2015, p. 15), contribuindo assim para inferiorização e desumanização do negro.

A respeito do retraimento da criança negra em sala, o qual compreende como uma consequência a conduta discriminatória cometidas em sala de aula e/ou na escola, onde inibe a criança do processo de socialização e aprendizagem, como pode ser percebido nas falas das profissionais a seguir: “Elas ficam bem retraídas né? Um pouco atrapalhando pelo fato também delas não querer mais frequentar a escola por conta desse preconceito” (**PROFESSORA, 2018**).

Neste mesmo sentido, ao falar sobre o processo de socialização e aprendizagem frente a inibição da criança negra com comentários, a Professora C externa seu pensamento evidenciando que “Eles se sentem excluídos, retraídos, sem querer participar das tarefas” (**PROFESSORA C, 2018**).

Percebe-se que ainda continua uma fase de exclusão do sistema de ensino, necessitando-se discussões onde não se tem e fortalecer ainda mais onde já existe. Essa exclusão se caracteriza de diversas formas, uma delas é a maneira como os alunos e alunas negras são tratadas. Assim podemos perceber, que esse processo de exclusão pode ser consequência do afastamento onde outrem evita o contato com a criança negra ou mesmo a rejeição que consiste em evitar qualquer contato, dessa forma, ao perceberem essa dinâmica a criança negra é estimulada, mesmo que inconscientemente, a excluir-se das outras e das atividades escolares.

Desta forma, percebe-se uma defasagem entre a dinâmica encontrada na escola e o que os marcos legais da política apontam como sendo os direcionamentos para atuação nesse contexto, sendo assim a ação docente caracterizada por uma “desprofissionalização” por uma prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes.

Assim, evidencia a busca por uma construção de cursos que estimulem uma “revisão do papel do docente” propondo a construção de elementos que viabilizem o processo de formação adequada aos profissionais que viabilizem a construção de práticas pautas na transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação racial é um fenômeno perceptível em todos os âmbitos sociais, uma construção enraizada ao longo dos anos, consequentemente uma manifestação recorrente no âmbito escolar. A mudança que se faz necessária, e o debate que precisa ser feito, vai além da conscientização nas escolas e salas de aula, ou de modificações necessárias para uma adequação as leis. Pretender tornar eficaz uma ação educativa por trás de muros e carteiras escolares é praticamente impossível, visto que as condições sociais levam-nos a perceber que há uma cegueira coletiva referente ao mau que tais ações traz ao sujeito.

Desta forma, diante da problemática a respeito das práticas docentes em detrimento a discriminação racial em sala de aula, abordada no presente trabalho e da análise dos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, percebe-se que a literatura que estuda o fenômeno das práticas discriminatória no contexto da sala de aula é ampla, porém o recorte sobre a atuação do professor junto a discriminação e comprometimento dos mesmo com o desenvolvimento social e aprendizado do aluno é pequena e muitas vezes direcionada sobre a teoria, não evidenciando práticas e intervenções efetivas.

Neste sentido, em virtude dos resultados apresentados, pode-se perceber que apesar das promulgações das leis e resoluções, que visam parâmetros para atuação e intervenção, as

escolas ainda não abordam-nas de maneira eficaz e eficiente, não preparando o corpo docente para uma atuação com propriedade, como é observado nas respostas das entrevistadas, no qual se evidencia que a atuação é superficial e com ações meramente técnicas.

A respeito do conhecimento de métodos e metodologia para atuar na área da diversidade étnico-racial, foi constatado que os professores tem dificuldade em encontrar estratégias para se trabalhar a diversidade, inferindo essa falta de capacitação no campo, principalmente ligado a formação acadêmica deficitária na temática, bem como a escassez de material didático adequado, onde responderam que o material oferecido pela escola não possibilita que retirem conteúdos que colaborem para discussão comprometida com a desnaturalização das concepções sociais.

Desta forma, a atuação docente pauta-se em intervenções de sensibilização ou em ações informativas, focalizando apenas em demandas circunstanciais, como na semana da consciência negra, tornando-se insuficiente e ínfima, sem compromisso com a realidade e importância do reconhecimento das diversidades dentro da sala de aula.

Constatou-se também acerca da percepção do fenômeno em sala de aula, onde há a inferiorização do negro e em consequência o retraimento da criança negra em detrimento das atitudes para com ela. Evidenciando que a criança ao ser vítima de discriminação enunciam comportamentos de retraimento social, que tem consequência no seu processo de aprendizagem, uma vez que essas recusam-se a envolver-se nas atividades e cotidiano escolar.

Em suma, a pesquisa nos fez perceber que a atuação docente, muitas vezes, limita sua contribuição para a vida das crianças, por meio de ações meramente técnicas que, somando-se as limitações da formação, comprometem o direcionamento das intervenções, fazendo com que tal atuação pouco contribua para mudar a realidade de discriminação racial no âmbito escolar. Assim, é necessário reorganizar os direcionamentos na formação acadêmica, a fim de obter uma formação que, ao invés de favorecer uma determinada área, possibilitem uma atuação docente, de fato, comprometido com a realidade social e melhoria da vida dos alunos para quem a atuação se volta.

A relevância social da pesquisa se justificou pelo fato que esse tratou de uma temática central no processo das relações humanas. Vale ressaltar que a discussão sobre o preconceito e discriminação racial em sala de aula tem relevância não só para aqueles que estão submetidos ao contexto escolar, mas também para a sociedade, uma vez que, possibilitando conhecimento sobre a temática, será mais eficaz a tentativa de (re)colocação da consciência de respeito social, possibilitando melhor convivência em sociedade. Os benefícios principais que a pesquisa

trouxe foi um melhor entendimento como as professoras atuam frente a temática, o que provocara benefícios no que diz respeito a novas estratégias de educação.

Cabe salientar que o presente trabalho não esgotou a compreensão sobre o fenômeno, mas buscou suscitar novos questionamentos que permitirá aumentar o conhecimento e compreensão desse fenômeno, acredita-se que é necessário uma explanação maior acerca desse tema para a comunidade científica.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, C. S.; SILVA, L. S.; SILVA, L. C. O. et al. **Práticas pedagógicas e relações étnico-raiais nas escolas de educação básica em Alagoas Grande/Pb.** Cadernos Inbondeiro, v. 3, n. 2, 2014.

ALVES, C. C. S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas.** 2012. 20f. Artigo (Licenciatura em pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira –Pb, 2012.

ARAÚJO, A. D. **Preconceito racial: implicações no processo de ensino e aprendizagem.** 2015. 48f. Monografia (Licenciatura em pedagogia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras- Pb, 2015.

AUGUSTO, L. S.; TONIOSSO, J. P. **A temática africana no ensino de historia nas series iniciais do ensino fundamental.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 183-195, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2010.

BOTIOSSO, T. C. O. **Racismo no Brasil.** 2012. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Tatiana-Botiosso.pdf. Acesso em: 20 de jan. de 2018.

BRAZIL. **Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989.** Diário oficial, Brasília- DF, 05 de janeiro de 1989.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial de Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e da outras providencias. Diário oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003

_____. Ministério da Educação. **Orientações e ações para Educação das relações étnico-raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

_____. Lei 12288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade racial**. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: histórias, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**. v. 21, p. 101-124, 2008.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, n. 63, p. 103-120, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACEDO, A. M. R. M. O racismo no ambiente escolar: como enfrentar esse desafio? **Revista Porto das letras**. v. 2, n. 1, p. 88-99, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social. Teoria, métodos e criatividade**, 27º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, M. **Classificação de raça/cor e etnia**: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde. 2010. 150f. Dissertação (mestrado em saúde pública) – escola nacional de saúde pública Sergio Arouco – Rio de Janeiro – Rj, 2010.

MIZAE, N. C. O.; GONÇALVES, L. R. D. Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder. **Revista eletrônica da pós-Graduação em Educação**, v. 11, n. 2, 2015.

ORLANDO, A. F.; FERREIRA, A. J. A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. **Acta Scientiarum language and cultura**. v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

PINTO, R. P. **Diferenças étnico-raciais e formação do professor**. Caderno de pesquisa, nº 108, p. 199-231, 1999.

SANTOS, A. O. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: novos desafios para uma prática reflexiva. **Revista Poesia pedagógica**. v. 11, n. 2, p. 150-169, 2013.

SANTOS, R. C. **Contribuições para superar o racismo na escola**: valorização pelo reconhecimento da importância da identidade, história e cultura afro-brasileira. 2015. 81f. Monografia (Especialização em Direitos humanos) – universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

TIONO, N. E. F.; VAZ, M. R. T. **O racismo no contexto escolar e prática docente**. Debate em educação, v. 9, n. 18, 2017.